

Roberto Cochrane Simonsen e Paul Narcyz Rosenstein-Rodan:

pensamentos que convergem ante os projetos de desenvolvimento econômico

Roberto Cochrane Simonsen and Paul Narcyz Rosenstein-Rodan:

Converging Thoughts on Economic Development Projects

Angelo Brião Zanela^{a, @}

^a Doutor em Desenvolvimento Econômico e Prof. da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS
[@] Contacto: abzanela@yahoo.com.br

Resumo

Este é um trabalho de natureza teórica. Seu principal objetivo é apresentar argumentos que comprovem a convergência entre os pensamentos de Roberto Cochrane Simonsen e Paul Narcyz Rosenstein-Rodan. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma revisão de literatura baseada nos principais trabalhos desses ilustres personagens, além de outros materiais complementares. Conclui-se que os pensamentos dos respectivos autores convergiram diante das seguintes ideias: primeiro, a industrialização era a melhor alternativa para combater as desigualdades sociais e os altos índices de pobreza nas regiões menos desenvolvidas. Segundo, acreditaram na importância do Estado para os projetos de industrialização. Terceiro, ressaltaram que as indústrias deveriam expandir suas atividades simultaneamente, fazendo com que a renda gerada entre os diversos setores da economia permitisse que qualquer indústria, isoladamente, pudesse se autossustentar. Ademais, as regiões estudadas por Simonsen e Rodan, conviveram com problemas estruturais próprios de um ambiente marcado por incertezas e instabilidades, apresentando um setor agrícola defasado tecnologicamente, pouco diversificado e com alto nível de desemprego. Nessas condições, tanto Simonsen, quanto Rodan defenderam a ideia de que um "grande impulso" inicial, promovido por investimentos industriais integrados, seria capaz de surtir efeitos benéficos não só na estrutura produtiva, mas também para mercado consumidor agregado e à infraestrutura nacional.

Palavras-chave

Roberto Cochrane Simonsen | Paul Narcyz Rosenstein-Rodan | industrialização | pensamentos convergentes | desenvolvimento econômico

Códigos JEL

B2 | B31 | O2 | O25

Abstract

This is a work of theoretical nature. Its main objective is to present arguments that prove the convergence between the thoughts of Roberto Cochrane Simonsen and Paul Narcyz Rosenstein. To achieve this goal, a literature review was conducted based on the main works of these illustrious personages, as well as other complementary materials. It could be concluded that the thoughts of the respective authors converged due to the mutual belief that industrialization was the best alternative to combat social inequalities and high poverty rates in less developed regions. In addition, both thinkers believed in the importance of the state for industrialization projects. Both stressed that industries should expand their activities simultaneously. According to them, the income generated by the various sectors of the economy allow individual industries to be self-sustaining. The regions studied by Simonsen and Rodan presented structural problems inherent to backward economies. Environments full of uncertainty and instability, where the agricultural sector was technologically outdated, poorly diversified and with a high level of unemployment; contributed to increasing inequality and poverty. Under these conditions, both Simonsen and Rodan defended the idea that an initial "big push", fostered by integrated industrial investments, could have beneficial effects not only on the productive structure, but also on the aggregate consumer market and national infrastructure.

Keywords

Roberto Cochrane Simonsen | Paul Narcyz Rosenstein-Rodan | industrialization | convergent thoughts | economic development

JEL Codes

B2 | B31 | O2 | O25

Artigo recebido em 08/02/2019. Aprovado em 08/09/2019.

1. Introdução

Combalidos pela Grande Depressão e a Segunda Grande Guerra, os países periféricos mergulharam numa era de instabilidades e incertezas, fruto das deficiências em infraestrutura, baixa especialização no mercado de trabalho, dificuldades para adquirir capital financeiro, recursos humanos e tecnológicos necessários à realização de novos empreendimentos, baixa diversificação produtiva e exportações concentradas em produtos primários. Aliás, essa é a essência do problema da vulnerabilidade externa, problema que limita o crescimento econômico dos países pobres.

O cenário descrito estimulou os movimentos a favor da industrialização. O sonho de superar o subdesenvolvimento inspirava o pensamento daqueles que acreditavam na industrialização como forma de acabar com as desigualdades e a pobreza nos países menos desenvolvidos. Entre esses pensadores estava o brasileiro, historiador, homem público e empresário notável, Roberto Cochrane Simonsen, defensor incansável da industrialização do país.

Inspiração também não faltou a outro gigante do pensamento, o polonês Paul Narcyz Rosenstein-Rodan. Rodan foi estudante em Viena nos anos de 1920 e começou seus estudos em economia abordando a teoria austríaca da demanda do consumidor, mas foi na área de desenvolvimento econômico que residiu sua maior contribuição à teoria econômica. Enquanto analisava o processo de industrialização da Europa Oriental e Sul-Oriental, Rodan entendeu que para alcançar o desenvolvimento econômico, os países mais pobres precisavam de um conjunto inicial de investimentos, "big push", em uma gama variada de indústrias para romper com as barreiras do atraso e ingressar numa fase de crescimento equilibrado.

O principal objetivo deste trabalho é apresentar argumentos que comprovem a convergência entre os pensamentos desses ilustres personagens. A revisão da literatura aborda os principais trabalhos de Simonsen e Rodan, além de outros materiais complementares.

A partir desta introdução, este artigo conta com mais cinco seções. As seções dois e três apresentam os personagens, assim como o amadurecimento das ideias sobre industrialização e desenvolvimento. Na seção quatro estão reunidos os argumentos que buscam comprovar a convergência entre os pensamentos de Robert Simonsen e Rosenstein-Rodan ante os projetos de desenvolvimento econômico. Enquanto a seção cinco trata das considerações finais, a seção seis apresenta as referências bibliográficas.

2. Roberto Cochrane Simonsen

Historiador, homem público e empresário notável, o brasileiro Roberto Cochrane Simonsen (1889-1948) foi um grande defensor da industrialização no Brasil. Considerava que através do progresso industrial seria possível salvaguardar os interesses nacionais concomitantemente com o desenvolvimento econômico e o bem-estar social. Líder da classe empresarial, Simonsen foi reconhecido como o patrono dos desenvolvimentistas brasileiros. Lima (1976); Bielschowsky (1996) classificam Roberto Simonsen como o maior líder industrial brasileiro e o grande ideólogo do desenvolvimentismo.

Com pesquisas na área de história econômica, Simonsen publicou importantes trabalhos. O livro *História Econômica do Brasil (1500-1820)* é visto como um trabalho pioneiro que explorou tanto a relação da colônia portuguesa do Brasil com o nascimento das nações industrializadas modernas, quanto às condições sociais e econômicas estabelecidas na colônia que levaram a consolidação do Império. A esse respeito, Bielschowsky (1996: 82) ressaltou que: "a obra de Simonsen contém elementos básicos do ideário desenvolvimentista, presentes no pensamento de todas as correntes favoráveis, nos anos 50, à implantação de um capitalismo industrial moderno no país".

As grandes referências teóricas de Roberto Simonsen foram Friedrich List e Mihail Manoilescu. List, um dos criadores da Escola Histórica Alemã, foi citado inúmeras vezes nos textos de Simonsen. Na obra, *As*

finanças e a indústria (1931), Simonsen referiu-se a o autor alemão mencionando que List defendia tanto a abolição das tarifas aduaneiras entre os Estados que formavam o Império Alemão, quanto à criação de barreiras protecionistas para o exterior, as quais seriam indispensáveis para formação da indústria nacional incipiente. Defensor da industrialização, List pregava o intervencionismo estatal à indústria nascente e acreditava que as desigualdades entre nações, fruto das diferenças entre os valores acumulados pela produção industrial e agrícola, deveriam ser diminuídas por políticas intervencionistas. Segundo List (1983), o Estado teria o direito e o dever de impor normas e restrições ao comércio para salvaguardar os interesses da nação. Para ele, o mercado interno era mais importante para um país do que o mercado externo, pois a prosperidade através do mercado externo só ocorreria se, internamente, a indústria estivesse bem desenvolvida.

O Ministro da Indústria e do Comércio da Romênia, Mihail Manoilescu, foi contemporâneo de Roberto Simonsen e autor da obra traduzida para o português com o título: *Teoria do protecionismo e da permuta internacional* (1931)¹. Ao contrário de List, Manoilescu entendia que o protecionismo deveria ser direcionado tanto às indústrias nascentes, quanto às indústrias maduras; o que poderia ser feito, por exemplo, por meio de tarifas aduaneiras. Para Manoilescu, seria preciso incentivar as economias a multiplicarem as indústrias com alto grau de produtividade². Segundo ele, era impossível haver a igualdade de trocas entre economias com níveis de produtividade distintos³.

Segundo Teixeira et al. (2010), a grande síntese das ideias econômicas de Roberto Simonsen viria a público entre 1944 e 1945, no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico, órgão vinculado ao Conselho de segurança Nacional. A apresentação de dois textos contendo elementos de economia política a conjuntura internacional definida pelo fim da Segunda Grande Guerra e a supremacia geopolítica norteamericana expressou seu pensamento de forma abrangente. Com os dois textos, "o empresário acabara travando, sem querer, um debate com Eugênio Gudín" (TEIXEIRA et al., 2010, 59).

Economista, engenheiro, jornalista e professor, Gudín foi favorável às políticas de equilíbrio monetário e financeiro e contrário à intervenção estatal na economia. O economista pensava o Brasil unicamente como um país agrícola que deveria deixar de lado o projeto de industrialização para se dedicar ao modelo agro-exportador (LATTANZI, 2013). Segundo Roberto Campos (1994, 240): "Gudín insistia em que o processo industrializante deveria observar as linhas de vantagens comparativas e deveria caber principalmente ao setor privado, sem se relegar a agricultura à posição de vaca leiteira para financiar a industrialização". Um dos trechos da obra de Gudín (1965, 366) resume bem o pensamento do professor: "A doutrina liberal de hoje pode ser definida como a abstenção do Estado de toda atividade econômica que possa ser realizada pela iniciativa privada [...] incluindo as indústrias de base".

Segundo Teixeira et al. (2010, 129): "o que seria inicialmente uma disputa econômica mostrou-se, antes de tudo, um enfrentamento político entre duas concepções de Estado e sociedade. Quem ganhou? Difícil dizer". A dúvida entre sobre quem venceu ou quem foi vencido permaneceu porque do ponto de vista teórico, Eugênio Gudín mostrava-se mais preparado do que Roberto Simonsen, a ponto de Gudín elaborar um programa econômico de cunho liberal inédito para o Brasil. O pensamento de Simonsen "pairou sobre um vazio teórico, dificuldade que seu espírito predominantemente político e alheio às acadêmicas de ciências econômicas lhe permitiu simplesmente ignorar" (BIELSCHOWSKY, 1996, 87). Por outro lado, deve-se levar em conta que Simonsen se utilizava de grande material histórico para ressaltar a importância do protecionismo e da intervenção estatal para promover os processos de industrialização e o enfrentamento de crises, usando exemplos retirados das experiências americana, soviética e outras (LEÃO et al., 2015).

Na década de 30, o processo de industrialização no Brasil foi discutido a partir de duas propostas teóricas distintas. Alguns entenderam que a industrialização brasileira nasceu da crise do setor exportador e com

¹ O volume possui uma única edição brasileira, de 1931, realizada pelo CIESP, possivelmente por iniciativa do próprio Roberto Simonsen (Teixeira et al., 2010).

² Vale ressaltar que as ideias dos dois autores que mais influenciaram Roberto Simonsen, foram retomadas pela Comissão Econômica da América Latina (Cepal) a partir da década de 1950, numa tentativa de apresentar fundamentos que, teoricamente, permitissem explicar as diferenças entre índices de produtividade das indústrias estabelecidas nos países pobres e ricos, assim como, os ganhos obtidos a partir de suas relações comerciais.

³ Uma crítica à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo.

certo tipo de intervenção do Estado. Outros, no entanto, entenderam que a expansão das exportações foi decisiva para impulsionar a indústria brasileira. Para Saes (1989), a questão era: a crise do setor exportador propiciou o crescimento da indústria brasileira? Ou foram as exportações que criaram condições para o desenvolvimento industrial do país? No centro do debate sobre a industrialização na Primeira República estavam duas propostas teóricas: a "Teoria dos Choques Adversos" e a "Industrialização Induzida pelas Exportações". Ao incorporar a Teoria dos Choques Adversos, Simonsen (1973), propôs que a Primeira Grande Guerra Mundial foi decisiva para o desenvolvimento da indústria no Brasil. Simonsen não acreditava que a Primeira Guerra teria definido a origem da indústria brasileira. No entanto, entendeu que o respectivo conflito provocou notável diversificação de produtos. Além disso, as dificuldades de abastecimento para atender as necessidades de consumo interno naquele momento, estimularam o nascimento de pequenas indústrias, principalmente no Estado de São Paulo (SAES, 1989).

Warren Dean (1971) formulou uma crítica à proposição de que a indústria brasileira cresceu substancialmente durante a Primeira Guerra Mundial e também à ideia de que foi durante as crises do setor externo que a indústria brasileira mais se expandiu. Dean divergiu de Roberto Simonsen, concluindo que a Primeira Guerra não foi por si mesma estimulante à indústria paulista nacional. Para ele, os influxos de capital "ocorreram, principalmente, em virtude do aumento das exportações de manufaturados como carne congelada, açúcar refinado e tecidos de algodão" (DEAN, 1971, 104). O autor também refuta a tese de que a desvalorização cambial pudesse favorecer a indústria nacional em tempos de crise. Segundo Dean (1971) a crise ocorre porque há uma queda na demanda interna como consequência da diminuição da renda interna, a qual declina em virtude da queda nas exportações e no encarecimento das importações de matérias-primas, máquinas e matérias auxiliares; recursos necessários para o dinamismo do setor industrial.

Seguindo as premissas que estruturavam seu pensamento desenvolvimentista, Roberto Simonsen entendia que o Estado exercia papel fundamental no processo de industrialização do país. Também acreditava que o desenvolvimento da indústria por si só criava condições para superação da pobreza, cabendo ao Estado estabelecer ações planejadas e coordenadas, já que a atividade industrial não se desenvolveria, simplesmente, através das livres forças de mercado. Curado (2012) entende que o frágil desenvolvimento do capital privado nacional e as barreiras existentes para sua atuação em diversas atividades econômicas eram elementos centrais do argumento de Simonsen em defesa da intervenção estatal.

Simonsen entendia que o Brasil estava atrasado porque não possuía elementos de racionalização capazes de propor e executar soluções para os problemas nacionais. Considerava o Brasil um país pobre que não possuía riquezas que se sobressaíssem ao café⁴, enquanto as demais produções agrícolas não encontravam qualquer respaldo para se desenvolverem, nem financeiro, nem técnico; mantinham-se dessa forma, o aumento das desigualdades sociais e os altos índices de pobreza (DE FREITAS JUNIOR, 2013).

Nessas condições seria preciso definir uma política de industrialização que colocasse o Brasil no caminho de um desenvolvimento sustentável. A esse respeito, Simonsen (1931, 41), pronunciou:

É numa política industrial fundada em bases racionais adequadas às condições de nosso meio que teremos que ir buscar, principalmente, a produção dos valores em bens sociais de que necessitamos para o rápido aumento de nosso poder aquisitivo e porque não dizê-lo, com os benefícios reflexos de adiantamento de processos de trabalho que a industrialização sempre conduz.

Simonsen imaginava que a industrialização só prosperaria se reunisse mecanismos de sustentação como a adoção de protecionismo científico⁵ e a presença de um sistema bancário que financiasse as indústrias e permitisse a oferta de investimentos e garantias necessárias à produção. A política de industrialização

⁴ Produto a que Simonsen se referia como "o bem social", capaz de gerar riqueza, mas que, no entanto, encontrava seus limites em termos de comércio internacional (DE FREITAS JUNIOR, 2013).

⁵ Termo usado com frequência nas publicações escritas após a publicação da obra de Manuel Manoilescu (1931). Para o autor, o protecionismo que permite o desenvolvimento das nações, é o único instrumento que garante que problemas no comércio internacional sejam enfrentados. Nas palavras do autor (1931: 130): "o protecionismo jamais permite que se impeça, por meio de proibições de saída, a livre circulação de matérias primas; ele se propõe simplesmente a assegurar o mercado interno para certos produtos manufaturados. Favorece, pois, a utilização no local das matérias primas, facilitando uma descentralização das indústrias superiores no mundo".

também deveria prosseguir de forma integrada (através de conjunto de empresas grupos)⁶, estabelecendo assim condições para ultrapassar as barreiras do subdesenvolvimento.

O aprofundamento da política desenvolvimentista brasileira nos 50 definiu as condições sociais e econômicas do país nas três décadas seguintes. O fortalecimento do mercado interno e a continuidade do processo de substituição de importações iniciado nos anos 30 com o apoio do Estado, orientaram as políticas de desenvolvimento do Brasil até início dos anos 80; o que leva a crer que os pressupostos de Simonsen sustentaram-se. Ao longo do tempo, o pensamento de Roberto Simonsen estaria sendo revelado dentro do seguinte contexto: mesmo sem haver uma estratégia que coordenasse os instrumentos de ação do Estado para industrializar o Brasil, foi com base nas ações do próprio Estado através de políticas que permitiram simultaneamente a expansão setorial e o desenvolvimento econômico e social que os primeiros passos em direção ao planejamento industrial foram ensaiados⁷. Na prática, o Estado buscou ampliar e diversificar a produção em setores estratégicos da economia brasileira, propondo dentro de um determinado limite, mecanismos para promoção do desenvolvimento econômico.

Mas, os argumentos de Simonsen merecem ressalvas? Apesar da importância das proposições de Roberto Simonsen para os projetos de industrialização do Brasil, seu o ideário desenvolvimentista revelou alguns equívocos, entre eles, Bielschowsky (1996) destaca: a) apesar do notório crescimento e de transformações estruturais significativas, a miséria permaneceu, juntamente, com a concentração da renda e as desigualdades sociais; b) Simonsen esperava forte apoio financeiro dos Estados Unidos, fato que não ocorreu. Pode-se dizer que as propostas de Roberto Simonsen sobre a forma de financiamento dos projetos desenvolvimentistas foram menos elaboradas. No início da década de 30, Simonsen defendia a ideia de que era preciso criar bancos industriais e aproveitar o final da Segunda Grande Guerra para reivindicar ajuda financeira dos Estados Unidos. Para Bielschowsky (1996), essa era uma opção um tanto otimista que, sem dúvida, esteve sujeita a revolta de Simonsen com o Plano Marshall. Segundo (De Freitas Junior, 2013), Simonsen achava que não existia a possibilidade material de promover a recuperação europeia à custa da pobreza local sem que isso aumentasse ainda mais o grau de pobreza dos países latino-americanos.

3. Paul Narcyz Rosenstein-Rodan

Estudante em Viena na década de 1920, Paul Narcyz Rosenstein-Rodan (1902-1985) começou seus estudos em economia abordando a teoria austríaca da demanda do consumidor. Mas, foi na área de desenvolvimento econômico que residiu sua maior contribuição à teoria econômica. Em 1934, publicou: "*The Role of Time in Economic Theory*". Nesse trabalho, o autor abordou três questões referentes ao papel do "tempo" na Economia. Primeiramente, discutiu a importância do "tempo" à realização da atividade econômica. Em seguida, tratou esse elemento como um bem econômico o "tempo" poderia ser escasso diante da execução de diferentes atividades. Por último, relacionou esse mesmo elemento com a velocidade de ajustamento dos mercados para Rodan, esse era um ponto relevante no estudo sobre desenvolvimento econômico devido à ocorrência das mudanças conjunturais em um sistema econômico.

Em 1943, o autor publica o artigo: "*Problems of Industrialization of Eastern and South-Eastern Europe*", documento-base à elaboração de pesquisas sobre desenvolvimento econômico nesta década e em décadas subsequentes. O artigo parte do pressuposto de que a formação de capital e a industrialização têm capacidade para gerar o desenvolvimento econômico nos países subdesenvolvidos. O trabalho ainda trouxe características importantes sobre o planejamento e a forma de intervenção do Estado à realização dos

⁶ Importantes grupos econômicos brasileiros surgem entre as décadas de 40 e 60: Cia Siderúrgica Nacional; Cia Vale do Rio Doce; Bradesco S.A.; Odebrecht S.A.; Sadia S. A.; Petrobrás S. A.; Usiminas S. A., entre outras (ALDRIGHI; POSTALI, 2010).

⁷ Em relação às políticas do Estado que permitiram de forma simultânea a expansão setorial e o desenvolvimento econômico e social no Brasil a partir dos anos 30, sugere-se a leitura de: Furtado (1959); Fishlow (1972); Villela; Suzigan (1973); Suzigan (1976); Malan; Bonelli (1977); Fonseca (1989); Abreu et al. (1990); Curado (2012); Villela; Castro (2014).

projetos de desenvolvimento. Segundo Silva (2005, 9): "ideias que acabaram sendo comuns aos teóricos do desenvolvimento de sua época como William Arthur Lewis"⁸.

Nesse trabalho de 1943, Rodan apresentou a teoria de desenvolvimento conhecida como "*big-push*" (grande impulso). Com base nesta teoria, o autor argumentou que a indústria como um todo deveria ser tratada e planejada como uma entidade maciça (empresas ou grupos). O autor sustentou este argumento citando que o "produto marginal social" de um investimento é sempre diferente do seu "produto marginal privado"; e quando um grupo de indústrias é planejado conjuntamente e de acordo com seu produto marginal social, a taxa de crescimento da economia é maior do que ela era no anteriormente (SILVA, 2005).

Quanto às ações em prol do desenvolvimento econômico, Rodan era contrário à abordagem gradualista e incremental defendida pela teoria tradicional baseada nas interações de equilíbrio estático. Defendia a ideia de que os países atrasados precisavam de grande impulso inicial de investimento industrial para vencer o atraso e ingressar numa fase de crescimento equilibrado e autossustentado (TEIXEIRA et al. 2010). Além disso, seria preciso a expansão simultânea de várias indústrias, gerando renda em diversos setores para que a demanda pelo produto de qualquer indústria, isoladamente, pudesse ser sustentada.

Rodan preocupou-se com o excesso da população agrária nas regiões deprimidas, onde 25 % dos trabalhadores estavam desocupados e impedindo o bom funcionamento dos princípios da divisão internacional do trabalho (SILVA, 2005). Diante dessa preocupação, o autor apresentou duas propostas alternativas: encaminhar a mão-de-obra excedente até o capital (emigração) ou encaminhar o capital até a mão de obra (industrialização). Os custos de transporte vinculados à segunda alternativa foram tratados por Rodan como insignificantes⁹ (SILVA, 2005). Nas palavras do próprio Rosenstein-Rodan (1943, 1):

O desperdício de trabalho não é de modo algum confinado a países industriais ricos. É consideravelmente maior em países agrários pobres. Se os princípios da divisão internacional do trabalho devem ser aplicados, o trabalho deve ser transportado para o capital (emigração), ou o capital deve ser transportado para o trabalho (industrialização). Do ponto de vista da maximização da renda mundial, a diferença entre essas duas formas é apenas um dos custos de transporte, e pode ser assumido como insignificante. A emigração e o reassentamento, no entanto, apresentariam tantas dificuldades em áreas de imigração (e em áreas de emigração) que não podem ser consideradas viáveis em larga escala. Uma parte muito considerável da tarefa terá que ser resolvida pela industrialização.

Ao se decidir pela industrialização, duas propostas de viabilidade deveriam ser analisadas. A primeira proposta referiu-se a adoção do modelo em que os países da Europa Oriental e Sul-Oriental realizariam uma industrialização por conta própria, sem investimento internacional e através da integração vertical de todos os tipos de indústrias o chamado de modelo russo. A segunda alternativa apresentava um modelo orientado para a inserção das respectivas regiões na economia mundial através de investimentos internacionais ou empréstimos de capitais.

Em relação à primeira alternativa, Rodan (1943, 2), expôs os problemas que deveriam ser enfrentados a partir de sua implantação: "[...] a região teria um crescimento lento devido ao suprimento de capital ser realizado por fontes internas e, conseqüentemente, sacrificaria o consumo da população, impondo esforços não necessários à economia e a sociedade de um modo geral". Além disso, haveria uma redução da divisão internacional do trabalho, devido à independência promovida em relação ao restante da economia mundial o que por sua vez caracterizaria um maior empobrecimento locacional.

Para Rodan a segunda alternativa de industrialização apresentava vantagens significativas: a) o menor sacrifício do consumo; b) uma menor tensão social que seria ocasionada diante de um aumento de renda salarial, gerada pelo emprego daqueles trabalhadores que faziam parte da população agrária excedente; c) a

⁸ As recomendações políticas que emanam da teoria do grande impulso são exibidas no livro de Lewis, "The theory of economic growth". Nele o autor ressalta que: "nos programas de desenvolvimento todos os setores da economia devem crescer simultaneamente, de modo a manter um equilíbrio adequado entre a indústria e a agricultura e entre a produção para consumo doméstico e a produção para exportação" (LEWIS, 1955: 283).

⁹ Segundo Silva (2005:10) Rodan entendeu que "uma emigração em larga escala seria problemática e a questão do excesso de população agrária teria mesmo de ser resolvida pela industrialização".

boa aplicação dos princípios da divisão internacional do trabalho, levando em consideração a especialização já promovida em regiões subdesenvolvidas e um melhor aproveitamento das indústrias de base das nações mais desenvolvidas.

Segundo Rodan, as dificuldades oriundas dos problemas institucionais, certamente, levariam a participação do Estado nos projetos de industrialização. O autor (1943: 254), ressaltou que: "[...] a supervisão e as garantias estatais podem, portanto, reduzir substancialmente os riscos e, por essa razão, constituem a condição *sine qua non* de investimento internacional em escala bastante grande. A participação ativa do Estado na vida econômica é um novo fator que deve ser levado em conta". Fica estabelecida, dessa forma, a verdadeira noção de "participação do Estado na economia" para Rodan.

Ainda com base no segundo modelo, o primeiro passo rumo à industrialização seria o de "habilitar" a mão de obra, transformando os camponeses em operários industriais (SILVA, 2005). O responsável pelo treinamento da mão-de-obra deveria ser um conjunto de indústrias denominado *Truste Industrial da Europa Oriental* (T.I.E.O.); isso porque não seria lucrativo para um empresário fazê-lo individualmente (RODAN, 1943). Nas palavras de Rodan (1943: 254):

Não é lucrativo para um empresário privado fazer inversões no treinamento da mão de obra. Não há hipotecas sobre operários e o empresário que investir no treinamento de pessoal pode perder seu capital se os operários contratarem emprego com outra empresa. Embora este treinamento não seja boa aplicação de capital para a empresa privada, é o melhor tipo de investimento para o Estado. É também bom investimento para o conjunto de indústrias a ser criado, quando consideradas como um todo, ainda que possa representar custos irrecuperáveis para uma unidade menor.

Contudo, na visão de Rodan, o motivo mais importante para a criação do *Truste* como unidade de investimento planejado em larga escala seria a complementação das diferentes indústrias, reduzindo assim o risco de insuficiência da demanda e os custos associados a esse risco.

Em 1984, Rodan apresenta o trabalho intitulado "*Natura facit saltum: analysis of the disequilibrium growth process*". Nesse trabalho, Rosenstein-Rodan escreveu que se fosse dar uma caracterização aos seus pensamentos sobre desenvolvimento, seria "*natura facit saltum*" a natureza faz um salto, o oposto do lema "*Natura non facit saltum*" que Alfred Marshall achou apropriado para a economia (ROSENSTEIN-RODAN, 1984). Rodan mencionou que a proposta inicial no artigo de 1943 não foi a de propor uma teoria tradicional de equilíbrio estático, mas sim a de estabelecer uma análise do processo de crescimento com desequilíbrio. Para ele, isso era essencial para entender os problemas de desenvolvimento econômico.

Na verdade, em "*Problems of industrialization of Eastern and South-eastern Europe*", Rodan tentou estudar o caminho dinâmico em direção ao equilíbrio e não apenas as condições que deveriam ser satisfeitas no ponto de equilíbrio. Segundo Rodan (1984, 208):

O que importa é "a curva de busca". A curva de perseguição mostra o caminho dinâmico em direção ao equilíbrio - não apenas as condições no ponto de equilíbrio. Os pontos de equilíbrio são como uma bússola mostrando direção do Polo Norte ou do Polo Sul, sem implicar que se esteja no Polo Norte ou no Polo Sul. Estamos, portanto, preocupados não apenas com a questão da existência de equilíbrio, mas com as possibilidades de inexistência de equilíbrio.

Segundo Rodan (1984) ele havia apresentado quatro inovações e se viu surpreso diante das críticas negativas inicialmente direcionadas a essas inovações, já que, posteriormente, passaram a ser amplamente aceitas. Primeiramente, Rodan apresentou uma discussão sobre o "excesso de população agrária" (desemprego disfarçado), alegando que apesar de sua fraqueza, essa condição pode representar uma fonte de desenvolvimento e força. No que diz respeito à segunda inovação, Rodan discutiu o conceito de economias externas "pecuniárias" que seriam responsáveis pela formação de economias de escala. Para aproveitá-las era preciso realizar investimentos simultâneos em várias indústrias complementares. A terceira inovação

se referiu à necessidade de construir um grande bloco indivisível de capital social ou infraestrutura, patrocinado por investimentos públicos, pois a iniciativa privada não se sentiria motivada para concluir essa tarefa a tempo. Para Rodan, esse era um ponto importante, pois revelava que o mecanismo de mercado por si só não levaria à criação de capital social e por isso deveria ser patrocinado, planejado ou programado com investimento público. A quarta inovação envolveu as "economias externas tecnológicas", as quais deveriam ser incorporadas adequadamente como meio de produção.

As inovações apresentadas por Rodan são na verdade a essência do modelo "big push" desenvolvido entre os anos 40 e 50. A teoria desenvolvida por Rosenstein-Rodan conquistou tanto adeptos, quanto opositores; e todos buscaram explorar alternativas para o subdesenvolvimento das economias periféricas¹⁰. Num dos capítulos de "*Natura facit saltum*", Dragoslav Avramovic (1984) apresenta o que ele identificou como: "a evolução de Paul Rosenstein-Rodan". Para Avramovic, Rodan evoluiu da condição de um teórico neoclássico, para protagonista de uma mudança estrutural massiva e organizada.

Murphy et al. (1989) através do artigo: *Industrialization and the Big Push* (1989), exploraram a ideia de Rodan de que a industrialização simultânea de muitos setores da economia pode ser lucrativa para todos eles. Para os autores (1989) uma empresa investidora pode beneficiar outras empresas ao usar determinada infraestrutura, ajudando a cobrir os custos fixos assumidos pela proprietária desse recurso. Nesse caso, o grande impulso à industrialização estabelece uma mudança de um equilíbrio ruim para um equilíbrio bom, onde todos os mecanismos de transmissão ajudam a gerar o grande impulso; um fenômeno relevante para os países menos desenvolvidos (MURPHY, et al. 1989).

Bjorvatn e Coniglio, assim como, Fernandes e Moreira, estão entre os pesquisadores contemporâneos que procuraram renovar as discussões sobre desenvolvimento. Para Bjorvatn; Coniglio (2012) o papel do governo na industrialização continua sendo fortemente debatido. Para eles, alguns veem o governo como uma instituição fundamental para o alcance do desenvolvimento, enquanto outros veem o governo como um obstáculo a esse objetivo. A partir dessas duas formas de enxergar a relação entre Estado e desenvolvimento, os autores (2012) construíram um modelo explicando que mesmo diante de uma política industrial altamente ineficiente, pôde-se alcançar o desenvolvimento a partir de grandes impulsos de investimento. Além disso, mostraram que uma extensa intervenção governamental é mais provável de ser bem-sucedida quando o nível inicial de desenvolvimento é baixo.

Fernandes; Moreira (2015), utilizando as contribuições teóricas de Rodan, pesquisaram a respeito de uma solução para uma armadilha de lucratividade e o posterior avanço de uma economia em direção a elevados níveis de renda resultantes do "big-push". Segundo os autores o grande impulso permitiria que uma escala mínima de capital fosse gerada e retornos crescentes sobre o trabalho, advindos dos ganhos de aprendizagem, surgissem. Para eles, esses ganhos seriam fundamentais, pois permitiriam que processo de industrialização guiasse a economia em direção a elevados níveis de renda (FERNANDES; MOREIRA, 2015).

Albert Hirschman foi um dos opositores a teoria do big push. Em seu trabalho intitulado *The Strategy of Economic Development* (1958), o autor discorda da doutrina do "crescimento equilibrado". Para Hirschman (1958), a teoria falha como teoria do desenvolvimento, já que o desenvolvimento, presumivelmente, significa o processo de mudança de um tipo de economia para algum outro tipo mais avançado. Tal processo é impossível de ser alcançado pela teoria do crescimento equilibrado, dada a dificuldade de entender como o "equilíbrio do subdesenvolvimento" pode ser dividido em qualquer ponto (HIRSCHMAN, 1958).

Contemporaneamente, outros economistas pronunciaram-se contra o modelo proposto por Rodan e seus apoiadores. Matsuyama (1992), por exemplo, concluiu que lógica do crescimento equilibrado proposto pelo modelo big push em si não é uma justificativa para o planejamento central, a menos que seja difícil conseguir uma expansão coordenada em diferentes setores por meio de respostas espontâneas de empreendedores no setor privado.

¹⁰ De um modo geral, a condição periférica refere-se a um conjunto de economias nacionais subdesenvolvidas que estão integradas aos grandes centros do capitalismo moderno, que por sua vez, são constituídos por sistemas multinacionais, formados por países com um processo de industrialização amadurecido (*sistema central*) e por países com economias subdesenvolvidas (*sistema periférico*) (SANDRONI, 2003).

O trabalho de Rodriguez-Clare (1996), apresenta uma abordagem alternativa ao modelo de Rodan (1943). Rodriguez-Clare supõe que ao contrário dos modelos introdutórios, a economia está aberta ao comércio internacional de bens finais. Assim, o mercado interno desempenha um papel crítico devido à importância dos insumos internos na produção de bens finais. O obstáculo ao desenvolvimento surge da "divisão superficial do trabalho no setor de bens intermediários, e não da restrição imposta pela baixa demanda doméstica" (RODRIGUEZ-CLARE, 1996, 8).

Já Bateman et al. (2009), ressaltam que o modelo de desenvolvimento idealizado por Rosenstein-Rodan foi inicialmente motivado pela reconstrução pós-guerra da Europa Oriental. Segundo os autores, a teoria parece ter aplicação empírica limitada, tanto que foi amplamente abandonada no início dos anos 1960 e ressuscitada nos 80 e 90 sem que apresentasse exemplos reais sobre a infusão de investimento ajudando a "empurrar" uma economia para um equilíbrio de industrialização de alto nível (BATEMAN, et al., 2009).

4. Pontos de convergência entre os pensamentos de Roberto Simonsen e Rosenstein- Rodan

Entre as décadas de 30 e 40, a Grande Depressão e Segunda Grande Guerra impuseram às sociedades modernas do século XX experiências terríveis. Criou-se um ambiente propício à realização de grandes debates a respeito de prosperidade, reconstrução democrática e desenvolvimento econômico em níveis globais.

Envolvidos por essa atmosfera de preocupação, Simonsen e Rodan defenderam a industrialização como forma de lidar com o subdesenvolvimento nas economias atrasadas. Para eles, essas regiões deveriam ser favorecidas por processo de industrialização capaz de diminuir as desigualdades sociais e os altos índices de pobreza. Simonsen acreditava que o Estado teria papel fundamental nesse processo através de uma relação mais direta com setor produtivo, criando ações planejadas e coordenadas que não deveriam ser realizadas somente pela iniciativa privada. Na prática, além de ressaltar a importância do protecionismo, Simonsen acreditava que o Estado deveria intervir promovendo incentivos à acumulação privada e realizando a arbitragem entre o capital doméstico e estrangeiro. Rodan ressaltava a importância do Estado diante das dificuldades criadas por problemas institucionais (instabilidades e incertezas conjunturais). Dessa forma, o Estado seria capaz de diminuir os riscos a serem assumidos pelos investidores internacionais. Para Rodan, o Estado também seria responsável pelo treinamento da mão de obra. Como fora ressaltado, essa não seria uma tarefa a ser cumprida exclusivamente pela iniciativa privada.

No que se refere à intervenção do Estado, o ponto de convergência entre as ideias dos dois pensadores ocorre a partir do momento em que tanto Simonsen, quanto Rodan acreditam que presença do Estado é um fator essencial para realização dos projetos de industrialização. Possivelmente, esse ponto de convergência não será observado se o foco da análise estiver direcionado apenas à forma de intervenção. Ou seja, a convergência de ideias deve-se aceitação do Estado como agente interventor e não necessariamente às formas de intervenção.

Os dois autores construíram seus pensamentos a partir de uma evolução em termos de perspectivas teóricas. Simonsen e Rodan entendiam que os países mais atrasados precisariam de um grande impulso "*big-push*", nas palavras de Rodan para gerar resultados que possibilitassem às economias menos desenvolvidas alcançarem o desenvolvimento autossustentável. Na ideia dos dois autores isso só seria possível se a indústria resolvesse não investir isoladamente, pois dentro de seus respectivos limites territoriais, a maioria dos mercados não apresenta tamanho suficientemente grande para permitir o crescimento da empresa em apenas uma indústria. Dentro dessa perspectiva, as ideias de Simonsen e Rodan convergiram para o ponto em que ambos sugeriram a expansão simultânea de investimentos industriais para gerar um efeito multiplicador em vários setores e dar sustentação à demanda pelo produto de qualquer empresa individualmente.

Embora Simonsen ressaltasse a importância do protecionismo e do desenvolvimento do mercado interno e Rodan rejeitasse a estratégia de autossuficiência ou uma estratégia de industrialização voltada para dentro, as ideias dos dois pensadores convergiram para o ponto em que ambos acreditavam que a industrialização impulsionaria o setor agrário. Para ambos, esse era um passo importante para em direção ao desenvolvimento das economias menos desenvolvidas. Considerado um setor importante à entrada de recursos através das exportações, no contexto das regiões menos desenvolvidas, o setor agrícola mostrava-se incapaz de contribuir para reduzir a pobreza. Simonsen entendeu que a absorção da mão de obra excedente só ocorreria a partir da implantação de uma política industrial que permitisse aumentar o poder aquisitivo e os benefícios da força de trabalho. Segundo ele, isso só poderia acontecer com o desenvolvimento industrial. Rodan, por sua vez, procurou alternativas ao problema do desemprego no setor agrícola, sugerindo a entrada de investimentos internacionais ou empréstimos de capitais. Segundo ele, essas opções apresentariam vantagens importantes, entre elas o aumento da renda interna e a diminuição das desigualdades sociais como resultado do aumento dos postos de trabalho ocupados por uma mão de obra em pleno processo de especialização e da geração de ganhos de escala alcançados a partir do aproveitamento das indústrias de base, já consolidadas nos países desenvolvidos.

5. Considerações finais

O tempo, a distância e a forma de enfrentamento dos problemas estruturais próprios das economias menos desenvolvidas são elementos que podem ajudar a explicar porque não há referências à Rodan nos trabalhos de Simonsen, ou à Simonsen nos trabalhos de Rodan. No entanto, revendo alguns dos principais trabalhos dos dois autores foi possível determinar a convergência de ideias entre eles.

Resumindo, tanto Simonsen quanto Rodan defendiam a industrialização como forma de lidar com as desigualdades sociais e a pobreza nas regiões periféricas. O processo de industrialização, por sua vez, deveria se desenvolver com a participação do Estado.

Simonsen e Rodan lidaram com ambientes institucionais instáveis e mercados incompletos que não apresentavam as dimensões adequadas para que as indústrias investissem isoladamente. Para eles, era necessário que o setor industrial expandisse suas atividades simultaneamente, gerando efeitos multiplicadores em vários setores e dando sustentação à demanda pelo produto de qualquer empresa individualmente.

As regiões estudadas por Simonsen e Rodan apresentavam problemas estruturais próprios das economias atrasadas. O setor agrícola apresentava problemas relacionados com as características da exploração e produção, que por sua vez, estavam condicionados pela baixa diversificação, incapacidade técnica e as dificuldades de financiamento. Fatores que levavam o setor a ser incapaz de absorver a mão de obra em excesso (desemprego) e gerar renda suficiente para combater a pobreza. Segundo os autores, a industrialização impulsionaria a agricultura; juntas, passariam a contribuir para o crescimento econômico e a dinâmica distribucional nas regiões mais pobres. Assim foram estabelecidos os pontos de convergência entre os pensamentos de Roberto Simonsen e Rosenstein-Rodan.

Este trabalho enfrentou o desafio de aproximar dois gigantes do pensamento que, em geral, são estudados separadamente. Anacronismos podem ocorrer diante de um relato histórico. Acredita-se que este trabalho não tem essa característica, pois apesar dos elementos supracitados que podem explicar a ausência de referências entre as obras dos autores, foi possível apresentar argumentos que comprovam a convergência entre os pensamentos de Roberto Simonsen e Paul Narcey Rosenstein-Rodan ante os projetos de desenvolvimento econômico.

6. Referências bibliográficas

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). "A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana, 1899-1989". Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALDRIGHI, Dante Mendes; POSTALI, Fernando Antonio Slaibe. Business groups in Brazil. In: COLPAN, Asli; HIKINO, Takachi; LINCOLN, James. (Org.). The Oxford Handbook of Business Groups. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, pp. 353-386, 2010.

BATEMAN, Fred; ROS, Jaime; TAYLOR, Jason. Did new deal and World War II public capital investments facilitate a "big-push" in the American South? *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE) / Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, v.165, n. 2, pp. 307-341, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento. 1930 1964. São Paulo, 1996.

BJORVATN, Kjetil; CONIGLIO, Nicola Daniele. Big push or big failure? On the effectiveness of industrialization policies for economic development. *Journal of The Japanese and International Economies*. v. 26, pp. 129-141, 2012.

CAMPOS, Roberto. A lanterna na popa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CURADO, Marcelo Luiz. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro *Revista Economia e Sociedade*, v. 22, n. 3, pp. 609-640, 2012.

DEAN, Warren. A industrialização de São Paulo. Editora Difusão Europeia, 1971, 318p.

DE FREITAS JUNIOR, Gilmar. O industrial e o salário: a contribuição de Roberto Simonsen para os estudos sobre o padrão de vida dos trabalhadores no Brasil, 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual Paulista UNESP, Araraquara SP.

FERNANDES, Carlândia Brito Santos; MOREIRA, Vivian Garrido. Armadilha de lucratividade e Big Push: considerações a partir de Rosenstein-Rodan. *Economia e Sociedade, Campinas*, v. 24, n.3, pp. 573-587, 2015.

FISHLOW, Albert. Brazilian size distribution of income. *American Economic Review*, v. 62, n. 2, pp. 391-402, maio 1972.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Vargas: o capitalismo em construção. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

GUDIN, Eugênio. Análise dos problemas brasileiros, 1958-1964. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1965.

HIRSCHMAN, Albert Otto. The strategy of economic development. New Haven: Yale University Press. 1958. (Tradução brasileira: Estratégia do desenvolvimento, Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1960).

LATTANZI, José Renato. Eugênio Gudin, um liberal entre os liberais. *Intellèctus*, v. 12, n.1, pp. 1-15, 2013.

- LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro; PINTO, Thiago Luis de Quadros Ramos; SILVA, Newton Gracia. Roberto Simonsen na origem do moderno pensamento social brasileiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, Unicamp. IE, v. 24, n. 1, pp. 177-199, 2015.
- LEWIS, Arthur Willian. *The Theory of Economic Growth*. Allen and Unwin, Homewood Illinois, 1955.
- LIMA, Heitor Ferreira. Mauá e Roberto Simonsen; dois pioneiros de desenvolvimento. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1976.
- LIST, George Friedrich. Sistema nacional de economia política. In: *Os economistas*. São Paulo: Abril Cultura, 1983.
- MALAN, Pedro Sampaio; BONELLI, Regis. Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70. *Pesquisa e Planejamento Econômico*: Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977.
- MATSUYAMA, Kiminori. The market size, entrepreneurship, and the big push. *Journal of the Japanese and International Economies* v. 6, pp. 341-364, 1992.
- MONOILESCO, Mihail. Teoria do protecionismo e da permuta internacional. São Paulo: Centro das Indústrias de São Paulo CESP, 1931.
- MURPHY Kevin; SHLEIFER, Andrei; VISHNY, Robert. Industrialization and the Big Push. *Journal of Political Economy*, v. 97, n. 5, pp. 1003-1026, 1989
- RODRIGUEZ-CLARE, Andrés. The division of labor and economic development. *Journal of Development Economics*, v. 49, pp. 3-32, 1996.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul Narcyz. *Problems of industrialization of Eastern and South-eastern Europe*. London: University College, 1943.
- ROSENSTEIN-RODAN, Paul Narcyz; AVRAMOVIC, Dragoslav. *Natura facit saltum: analysis of the disequilibrium growth process*. New York: Published for the World Bank, Oxford University, pp.205-221, 1984.
- SAES, Flávio. A controvérsia sobre a industrialização na Primeira República. *Estudos Avançados*, v.3, n. 7, pp. 20-39, 1989.
- SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: Editora Best Seller, 2003, 649 p.
- SILVA, Danilo Freitas Ramalho. *A construção do objeto teórico das teorias do desenvolvimento econômico*. São Paulo: FEA/USP, 2005. (Dissertação de mestrado).
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *As finanças e a indústria*. Conferência realizada no Mackenzie College, em São Paulo, a 08 de abril de 1931. São Paulo, Editora Ltda., 1931b.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1973.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. Curso professado na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo por Roberto Cochrane Simonsen, 8ª ed., São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

SUZIGAN, Wilson. As empresas do governo e o papel do Estado na economia brasileira. In: REZENDE, Fernando (Org.). Aspectos da participação do Estado na economia. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

TEIXEIRA, Aloisio; MARINGONI, Gilberto; GENTIL, Denise Lobato. Roberto Simonsen e Eugênio Gudin. Desenvolvimento. O debate pioneiro de 1944-1945. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA, 2010.

VILLELA, André Arruda; SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA/INPES, 1973. (Série Monográfica, n.10).

VILLELA, André Arruda; De CASTRO, Lavínia Barros. In: SCHIMIDT, Cristina Alkmin Junqueira (Org.). Economia Brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 2014, 348p.